Teoria da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos

Fernando Corrêa Prado (UNAM)* Monika Ribeiro de Freitas Meireles (USP)**

A la realidad le gustan las simetrías y los leves anacronismos.

Jorge Luis Borges, "El Sur", Ficciones, 1956.

Nenhuma fórmula para a Contemporânea Expressão do mundo.

Ver com olhos livres.

O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica.

OSWALD DE ANDRADE, MANIFESTO POESIA PAU-BRASIL, 1928.

Resumo ampliado

As análises sobre a conjuntura política da América Latina nos últimos anos estão submetidas a um clichê: a "virada à esquerda" dos governos da região iniciada com o novo século. De fato, é inegável que as sucessivas eleições de Hugo Chávez Frías na Venezuela desde 1998, a vitória no Brasil de Luis Inácio Lula da Silva em 2002, a chegada de Nérstor Kirchner à Casa Rosada em 2003, o triunfo eleitoral da Frente Amplia representada por Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia em 2005, e, no ano seguinte, as conquistas de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega na Nicarágua, além da disputa acirrada no Peru e da evidente fraude eleitoral no México, representam uma transformação de enorme importância para o quadro político latino-americano. Dentro deste contexto, alguns analistas políticos têm complementado seus ensaios chamando a atenção à outra característica comum daqueles governos institucionalmente eleitos, a saber, o apelo ao desenvolvimento capitalista nacional como bandeira de ação. Numa palavra, parece que há no ambiente político latino-americano atual uma crescente volta aos ideais desenvolvimentistas que permearam a região durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Passada a onda neoliberal e a ressaca promovida pela contestação popular, a maré atual é o "novo-desenvolvimentismo".

Frente às novas alternativas que se abrem, tanto política como teoricamente, pela nova configuração de poder na América Latina, resgatar de forma crítica e prospectiva as diversas contribuições das teorias da dependência é uma tarefa imprescindível, não apenas pela rigorosidade acadêmica, mas, essencialmente, para que da herança viva destes aportes se erija um aparato analítico que sustente, simultaneamente, o exame apurado do "novo-desenvolvimentismo" e dos "governos de centro-esquerdas", assim como a construção política comprometida com a transformação social radical. Dar um pequeno passo nessa direção foi precisamente o objetivo geral deste artigo.

Como se sabe, dentro do marco teórico da dependência não existe um pensamento homogêneo; não há *uma* teoria da dependência, mas sim diferentes enfoques sobre o tema. A tarefa de sistematizar as diversas correntes da teoria da dependência não é simples. Existem diversas formas de agrupar autores de variada pluma de acordo com determinadas características. Neste trabalho utilizamos a classificação que oferece Cristóbal Kay em seu livro *Latin American theories of development and uderdevelopment*. Ele propõe uma divisão simplificada em duas correntes: "dependentistas reformistas" e "dependentistas marxistas-revolucionários". A diferença fundamental entre os grupos residiria na irreconciliável posição política derivada de suas análises:

^{*} Economista graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando do Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México.

^{**} Economista graduada pela Universidade de São Paulo e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da mesma instituição.

os dependentistas reformistas seriam orientados pelos preceitos modernizadores e desenvolvimentistas, enquanto que, para os dependentistas marxistas, somente pela via da revolução socialista na América Latina seria possível a superação dos problemas intrínsecos à condição periférica. Além de oferecer uma interessante aproximação ao debates sobre o desenvolvimento e a dependência, essa divisão também permite, devido à facilidade expositiva, uma revisão adequada ao formato e alcance analítico de um artigo.

Para realizar esta tentativa de aproximação crítico-prospectiva às teorias da dependência tendo em vista a nova conjuntura política latino-americana, pensamos nosso trabalho em três partes argumentativas, para então esboçar algumas conclusões. Na primeira seção revisamos inicialmente as contribuições da CEPAL, em especial o conhecido texto de Raúl Prebisch sobre o desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas, escrito em 1949; feito isso, analisamos a vertente "reformista" da teoria da dependência, dando especial atenção a alguns textos de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Na segunda seção, o foco de revisão passa a ser a corrente "marxista-revolucionária" da teoria da dependência, onde se considerou determinados escritos de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini. A partir das considerações sobre as posturas reformistas e revolucionárias da teoria da dependência, nas reflexões finais retomamos a questão mais geral do desenvolvimento e, ainda que tentativamente, apontamos para os limites e possibilidades do arcabouço teórico da dependência como base epistemológica para pensar a realidade atual.

As renovadas posturas novo-desenvolvimentistas de governos latino-americanos eleitos após o cataclismo neoliberal possibilitam a recolocação da viabilidade da mudança social radical na pauta do dia e, com isso, abre novamente o caminho para o resgate crítico dos debates sobre a dependência latino-americana, especialmente das contribuições derivadas diretamente do marxismo. Transportar, intocada e pura, a teorias da dependência e aplicá-las ao presente, no entanto, seria ignorar a advertência de Andre Gunder Frank quando, já em 1972, entrevia a possível decadência daqueles debates: "quanto mais importante foi uma perspectiva teórica em relação à realidade na qual foi construída, menos tal perspectiva será válida eternamente, condição que no melhor dos casos se reserva a tautologias vazias". Pela sua estreita relação com o clima político da época em que surgiram, os teóricos da dependência ofereceram diversos elementos fundamentais para a compreensão da América Latina como parte do sistema mundial capitalista, rompendo com as interpretações vigentes de então e mirando, de forma renovada e engajada, a realidade que lhes foi contemporânea.

Tendo isto em vista, ao pretender um resgate crítico-propositivo das teorias da dependência também se busca um posicionamento geracional bastante marcante. A geração que nasceu nos anos 1980, cresceu na década de 1990 bombardeada pela ofensiva neoliberal, teve seus estudos formais sob a hegemonia do "pensamento único" nas ciências sociais aplicadas, e atualmente vive importantes transformações na América Latina, é a mesma que busca examinar os fenômenos sociais contemporâneos à luz dos ensinamentos da teoria crítica latino-americana. Ela representa, por um lado, o descrédito do espírito reformista e, por outro, a falta de certezas que balançam as posições revolucionárias, em particular aquelas de caráter nacionalista; evita adentrar pela romântica trilha da iminência da revolução socialista (o que não significa, em absoluto, a descrença em sua possibilidade), e, ao mesmo tempo, procura esquivar-se do pessimismo imobilizador de uma suposta "análise acadêmica" feita de maneira desinteressada. Este incômodo lugar, se bem pode levar, ao menos numa leitura rápida, a posturas conservadoras, permite também – e aqui reside sua força – a autoconsciência crítica e a renovação, para além da academia, de contribuições que explicaram e ajudaram a transformar a realidade de seu tempo.